

---

# **“O INIMIGO DO MEU AMIGO É MEU AMIGO”: O PROCESSO DE REINSERÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO PÓS-OCUPAÇÃO ALIADA<sup>1</sup>**

---

## **“THE ENEMY OF MY FRIEND IS MY FRIEND”: JAPAN'S INTERNATIONAL REINSERTION PROCESS POST-ALLIED OCCUPATION**

---

**DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.86460**

**Osvaldo Alencar Billig<sup>2</sup>**

**Letícia Suzi<sup>3</sup>**

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo abranger o contexto histórico em que o Japão retornou às relações internacionais, após o período de ocupação pós-Segunda Guerra Mundial; buscando correlacionar tais eventos com o caminho trilhado para o desenvolvimento de sua economia e diplomacia. Focando em seu relacionamento com os principais atores da Guerra Fria, os Estados Unidos – seu principal aliado capitalista – e atores comunistas na Ásia, como a China. Faz-se, por fim, o estabelecimento de concepções das Relações Internacionais que possam explicar o comportamento incomum que o Estado japonês adotou ao separar sua economia e política ao objetivar seus lucros e desenvolvimento, suas razões ao buscar o engrandecimento financeiro do país em meio à corrida armamentista bipolar e como sua política de segurança neutra o auxiliou e o diferenciou de outros atores da época. Para que essa análise fosse possível foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e documental, com foco em artigos e livros escritos por autores asiáticos e historiadores na língua inglesa em uma tentativa de expor o ponto de vista da reconstrução do Japão que o transformou em um ator importante no Leste Asiático por conta da adoção do “peace state”.

Palavras-Chave: Guerra Fria; Política Japonesa; Política de Segurança; Política Externa.

### **Abstract**

This academic paper aims to cover the historical context in which Japan returned to international relations after the period of occupation post-World War II; seeking to correlate such events with the path theoretically taken for the development of its economy and diplomacy. Focusing on its relationship with the main actors of the Cold War, the United States - its main capitalist ally - and communist actors in Asia, such as China. Finally, the establishment of International Relations' main theories that are able to explain the unusual behavior that the Japanese State adopted when separating its economy and politics aiming at its profits and development is described. Its reasons for seeking the financial aggrandizement of the country in the midst of the arms race and how its neutral security policy helped and differentiated them from other actors at the time. For this analysis to be possible, the method of bibliographic and documentary research was used, focusing on articles and books written by Asian authors and historians in the English language in an attempt to expose the point of view of the reconstruction of Japan that turned it into an important actor in East Asia due to the adoption of the “peace state”.

Keywords: Cold War; Japanese politics; Security policies; Foreign policies.

---

<sup>1</sup> Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

<sup>2</sup> Doutorando em Administração de Empresa na Universidade Presbiteriana Mackenzie; Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF) Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: [probillig@gmail.com](mailto:probillig@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4166-9232>.

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Internacionais, no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UD), Foz do Iguaçu/Paraná. E-mail: [letii.suzi@gmail.com](mailto:letii.suzi@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6153-7528>.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Japão é considerado um ator importante dentro da sociedade internacional por ser uma grande potência econômica e industrial. Sua diplomacia se baseia em táticas de *soft power* que refletem sua identidade pacifista adotada a partir dos anos 1950, com o fim da ocupação aliada em seu território. Durante esse período, o governo japonês buscou priorizar a estabilidade política e econômica a fim de reconstruir a capacidade militar japonesa. Esse desejo de rearmamento surgiu por parte de seu novo parceiro diplomático, os Estados Unidos.

A partir disso, nasce o “Novo” Japão. Um Estado neutro, que buscava a expansão de suas relações diplomáticas internacionalmente, criando novos laços comerciais que o beneficiassem em meio à guerra. Um regime de “separação” entre economia e política foi posto em prática, a fim de abrir novos mercados que outros países capitalistas não tinham a possibilidade de entrar com tanta facilidade.

Ao compreender tais questões, o artigo busca revisar os acontecimentos históricos de forma exploratória que fundamentaram a adoção do posicionamento japonês em meio à Guerra Fria, especificamente entre os anos 1950 e 1960, e fizeram possível sua determinação como Estado diplomático e financeiro dentre as grandes potências. Para que isso fosse possível, foram utilizados 17 artigos e livros publicados majoritariamente por autores asiáticos que abordam o período do fim da ocupação até os *Golden Sixties*, juntamente com documentos governamentais disponíveis nas plataformas estatais japonesas e americanas.

O método de pesquisa bibliográfica e documental foi aplicado, ou seja, buscou-se elaborar um artigo com base na literatura histórica, artigos científicos e arquivos oficiais que não passaram por qualquer tratamento analítico anterior (GIL, 2011, p. 44). Os materiais escolhidos na língua inglesa foram traduzidos livremente quando houve a necessidade de referencial teórico para o embasamento das seções abordadas no projeto.

Primeiramente, será feito a contextualização histórica que se inicia a partir da reintrodução do Japão no ambiente internacional no pós-ocupação. Esclarecendo os impactos sobre o período em que perdeu sua soberania e demonstrando os resultados do relacionamento de dominador e dominado entre Estados Unidos e o Estado asiático nos anos seguintes à sua independência.

O segundo tópico discorre sobre o posicionamento japonês em meio a Guerra Fria e suas principais ações diplomáticas para se constituir como uma potência comercial. Por ser uma fase extensa da história japonesa, o recorte utilizado foi um período de cinco anos a partir de 1952. A próxima seção estabelece a “Nova Era” do relacionamento EUA-Japão, com a assinatura de um novo Tratado de Segurança e sua repercussão no âmbito interno japonês; assim como a volta da Doutrina Yoshida durante os *Golden Sixties* norte-americano.

Finalmente, é possível esclarecer o embasamento teórico do posicionamento nipônico em meio a bipolaridade internacional, oferecendo conceitos populares nas Relações Internacionais para

explicar os efeitos que tal período teve sobre a política de segurança e identidade estatal da terra do sol nascente.

## **2. O FIM DA OCUPAÇÃO ALIADA EM SOLO JAPONÊS E O CAMINHO PARA INDEPENDÊNCIA**

A Guerra da Coreia e o agravamento da Guerra Fria foram fatores importantes para impulsionar os Estados Unidos a reverem a necessidade da continuidade da ocupação em solo japonês. As tensões entre o país norte-americano e a União Soviética faziam com que as políticas aplicadas dentro do Japão fossem baseadas em tentativas e erros, ou seja, inconsistentes e, muitas vezes, como resposta à expansão militar do país comunista.

George F. Kennan debatia a necessidade de países do bloco capitalista, principalmente Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, garantir sua superioridade sobre a União Soviética a partir da união e fortalecimento de seu poder econômico e político (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017, p. 120). Para que isso fosse possível, era necessário estabelecer o Japão como um membro fiel do Ocidente e não mais um prisioneiro de guerra.

Em outubro de 1948, é estabelecido o documento *“Recommendations with respect to US Policy towards Japan”* (NSC-13/2) pelo Presidente Truman como iniciativa de estabelecer uma economia próspera no Japão, rompendo com dependências de ajuda e subsídios criadas pela ocupação, revivendo a economia a partir de uma concorrência de mercado sólida, adotando políticas fiscais rigorosas implantadas pelo Primeiro-Ministro Yoshida e seu Ministro das Finanças Ikeda Hayato (IOKIBE & MINOHARA, 2017, p. 120-121).

Ao fracassar com seu plano econômico em 1949, os Estados Unidos se encontram em meio à uma crescente tensão interna sobre o estabelecimento de um tratado de paz, criação de uma política de segurança nacional unificada para o Japão e a necessidade de diminuir custos relacionados a sua manutenção econômica e ocupação. A situação piora devido à continuidade do bloqueio soviético em Berlim, forçando os Estados Unidos a criar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em abril do mesmo ano (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017, p. 121). É nessa mesma época que os Estados Unidos perderam seu monopólio sobre armas atômicas, quando a União Soviética conduz com sucesso seu primeiro teste nuclear.

Truman se torna cada vez mais consciente da importância estratégica do Japão na Ásia e busca um tratado de paz com o Japão sem a participação da União Soviética para garantir que o Japão continuasse fazendo parte do bloco capitalista após sua independência (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017, p. 122). Yoshida, dois meses antes do início da Guerra da Coreia, envia um confidente a Washington com uma mensagem de que o governo japonês estava preparado para

permitir que as forças dos Estados Unidos permanecem em solo japonês mesmo após o fim da ocupação (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017, p. 122).

Yoshida desenvolve, então, uma política de segurança em três frentes em preparação para as negociações do tratado de paz:

Em primeiro lugar, o Japão, carecendo até mesmo dos suprimentos mais básicos e totalmente incapaz de se defender, assegura a garantia de proteção dos Estados Unidos ao firmar um acordo de segurança e permitir o uso de bases no Japão, especialmente dada a formação da Aliança Sino-Soviética em fevereiro de 1950. Em segundo lugar, o Japão não se rearmará antes de um tratado de paz ser alcançado e, em terceiro, o Japão buscaria manter a soberania das Ilhas Ryukyu e Ogasawara, ao mesmo tempo que levaria em consideração os requisitos estratégicos americanos (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017).

O segundo ponto trazia divergências entre o Japão e os Estados Unidos, já que o país norte-americano acreditava que o rearmamento era uma questão importante para tornar o Japão um potente aliado no oeste asiático, enquanto Yoshida acreditava que o país nipônico não tinha condições econômicas para se armar e que sua população seria fortemente contra a ação, já que poderia significar o ressurgimento do militarismo japonês (WATANABE, 2012, p.48). Essa questão se tornou um tópico de discussão constante entre esses atores ao longo dos anos 50.

Apesar disso, as três frentes de Yoshida acabam sendo aceitas após um período de debate, já que a localização estratégica do Japão entre as duas grandes potências poderia funcionar como um satélite estadunidense na Ásia (WATANABE, 2012, p. 48). O tratado de segurança EUA-Japão tornou-se a base legal para o estacionamento de tropas americanas em solo japonês e permitiu seu uso para a manutenção da paz e segurança no pacífico, como também de seus serviços e instalações durante a Guerra da Coreia (SHIBAYAMA e KUSUNOKI, 2017, p. 123-124).

O tratado foi considerado pelo Japão uma garantia sólida de que os Estados Unidos defendem seu território em caso de necessidade, além de retirar restrições sobre sua soberania, economia e forças armadas. Isentou, também, o pagamento de reparações com o país norte-americano. De acordo com Shibayama e Kusunoki (2017, p. 124): “O objetivo desse tratado era assegurar a recuperação econômica do Japão, ao mesmo tempo que o recebia como um membro igual da sociedade internacional; não haveria repetição de Versalhes.”

A questão de segurança foi similarmente abordada nas negociações sobre o tratado de paz entre Estados Unidos e Japão, só que diferentemente do primeiro acordo abordado, a decisão sobre a restauração da soberania japonesa estaria apenas nas mãos dos Aliados. Era, então, de extrema importância ter Washington representando os interesses japoneses nesse caso, já que alguns países participantes da Declaração de Potsdam ainda sustentavam um sentimento de ódio ao arquipélago (WATANABE, 2012, p. 47).

A partir dessa noção, o governo japonês inicia uma coleta de material para demonstrar todos os aspectos territoriais e econômicos do país (WATANABE, 2012, p. 47) para enviar aos Estados

Unidos para que pudesse ter todas as informações possíveis antes mesmo que as negociações começassem. Em 1951, foi informado a Yoshida que o objetivo do país norte-americano era o desenvolvimento de um tratado entre nações amigas, não mais entre vencedor e derrotado (WATANABE, 2012, p. 47).

O Japão recebeu a notificação sobre o Tratado de São Francisco em 7 de julho de 1951, tendo sua versão final no dia 8 de setembro assinada por Yoshida. O Primeiro-Ministro japonês relembrava o momento exato de assinatura do documento, 11 horas e 44 minutos, que demonstrava um importante passo para a integração do arquipélago na sociedade internacional (WATANABE, 2012, p. 49). O secretário de Estado estadunidense, Dean Acheson, se referiu ao Japão como “nossa amiga Japão” em seu discurso na Conferência de São Francisco (WATANABE, 2012, p. 49).

A versão final do tratado definia que:

- 1) O Japão reconhece a independência da Coreia, renuncia a posse sobre as ilhas Quelpart, Port Hamilton e Dagelet; 2) O Japão renuncia todos os direitos sobre Formosa e Pescadores; 3) O Japão renuncia todos os direitos sobre as Ilhas Kurilas, e uma parte da Ilha Sakalina e todas as ilhas próximas que foram tomadas da Rússia pelo tratado de Portsmouth de setembro de 1905; 4) O Japão renuncia todos os direitos relativos ao sistema de Mandato da Liga das Nações; 5) O Japão renuncia todos os direitos sobre qualquer área da Antártica; 6) O Japão renuncia todos os direitos sobre as Ilhas Spratly e Paracel (WATANABE, 2012, p. 49).

O documento ainda restringiu a formação de força militar pelo Japão somente para sua autodefesa, além de estabelecer o pagamento de indenizações para todos estados afetados pela invasão japonesa durante a Segunda Guerra e a compensação de prisioneiros de guerra que sofreram qualquer tipo de maus-tratos e violência em seu tempo de encarceramento pelas forças militares japonesas (TRATADO DE SÃO FRANCISCO, 1952).

Com isso, a independência japonesa pode ser restabelecida e após 6 anos sob controle ocidental, o país começa a sentir o peso sobre suas responsabilidades como um país soberano no ambiente interno, econômico e internacional (IOKIBE & MINOHARA, 2017, p. 120-121). No caso doméstico, a política interna começa a se modificar rapidamente com a entrada de novos agentes que buscavam a saída de Yoshida do poder.

O futuro da economia japonesa parecia incerto com o final da Guerra da Coria, criando debates sobre quais deveriam ser os próximos passos para lidar com a queda em exportações (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 131). Já no âmbito internacional, a ingressão do Japão na sociedade internacional passava por um período conturbado. A maioria dos Estados se mostraram receosos em negociar com o país nipônico (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 131).

Tais preocupações levaram o Japão a se afastar cada vez mais dos Estados Unidos, se movendo para uma posição de neutralidade nos anos seguintes à independência e, com a saída de Yoshida do poder, em 1954, os Estados Unidos temem o alinhamento do país ao bloco comunista (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 132-133). De acordo com Sasaki e Nakashini (2017), houve a

necessidade de mudar a ênfase da política que os Estados Unidos utilizavam em relação ao Japão, de “defesa” para “economia e segurança interna”, a fim de estabelecer uma “política mais forte e, possivelmente, mais cooperativa” entre as nações amigas.

A ordem de prioridade deveria ser, então: estabilidade política através da “força conservadora unificada”, que poderia manter um governo estável; estabilidade econômica alcançada por meio de um tratamento eficaz de suas questões; e, por fim, a reconstrução da capacidade militar japonesa, já que os Estados Unidos desejavam retirar gradualmente suas tropas do Japão como pretexto de aumentar a consciência do governo nipônico de sua responsabilidade de defesa de seu território (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 134).

O embaixador dos Estados Unidos no Japão na época, John Moore Allison, sugere tratar o arquipélago como uma “potência” e um “parceiro análogo”, já que o governo japonês se tornava cada vez mais sensível ao fato de que Washington o tratava como uma nação de “segunda classe”. Esse novo meio de pensamento foi crucial para que houvesse uma revisão do Tratado de Segurança EUA-Japão, para que se tornasse um acordo mútuo que levasse à estabilidade econômica e política do arquipélago, fazendo com que fosse possível a construção de uma força defensiva nacional (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 134).

A partir dessa mudança de políticas por parte dos Estados Unidos, foi possível o estabelecimento de uma nova fase da política externa japonesa. Mesmo que houvesse uma grande dependência econômica, militar e diplomática entre Estados Unidos e Japão, era necessário a busca pela independência no futuro, reduzindo tal subordinação e buscando uma expansão de suas relações diplomáticas internacionalmente (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 135).

Com o desenvolvimento japonês e sua expansão, seriam necessárias mais revisões dos termos assinados entre Japão e Estados Unidos para a busca de “um propósito comum, interesse mútuo e parceria de trabalho” (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 135). O fortalecimento do arquipélago era algo altamente desejável, sendo que os Estados Unidos deveriam se abster-se de aplicar pressão sobre o Japão para o desenvolvimento de suas forças militares em prejuízo da estabilidade política e econômica, deixando, assim, que o governo nipônico construísse suas bases e solucionar seus problemas independentemente.

## 2.1. A “ERA DOURADA” DA GUERRA FRIA E O POSICIONAMENTO JAPONÊS NO AMBIENTE INTERNACIONAL

A “Era Dourada” foi um importante período socioeconômico da Guerra Fria, principalmente ao analisarmos o principal ator capitalista da época, os Estados Unidos e seus aliados. De acordo com Soldera (2019, p. 2), o imperialismo, que causou a Era da Catástrofe (1914-1945), foi essencial para as transformações que ocorreram na primeira fase da bipolarização do Sistema Internacional. A partir disso, a segunda seção deste artigo propõe explicar o palco histórico em que o mundo se

encontrava durante o período inicial de conflito e como o relacionamento entre o Japão e os Estados Unidos foram modificados com o adensamento da Guerra Fria, a partir do fim da ocupação japonesa em 1952.

Pode-se estabelecer, a partir da abordagem anterior, que Washington teve como plano inicial de guerra conter o avanço do comunismo no Sul Global através de armas nucleares (SOLDERA, 2019, p. 3); porém, com o adensamento das pesquisas nucleares soviéticas em 1949, o país capitalista se viu obrigado a utilizar de novas políticas armamentistas e diplomáticas para assegurar que não houvesse uma destruição mútua que poderia levar a ruína da civilização mundial.

A estratégia, então, foi o desenvolver a ampla capacidade de destruição, aperfeiçoando seus armamentos nas áreas de “terra-terra (mísseis balísticos armazenados em silos e plataformas móveis); ar-terra (bombardeiros e caças-bombardeiros); e mar-terra (navios e submarinos)” (SOLDERA, 2019, p. 4). Com o estabelecimento de três forças de ataque, um tipo de dissuasão entre os atores poderia ser mantido, já que ambos teriam a possibilidade de responder de forma devastadora ao ataque de seu inimigo.

Nesse momento, o militarismo se torna o principal agente no crescimento econômico da Era de Ouro do capitalismo, visando fortalecer e aperfeiçoar tecnologias para combater a União Soviética na Guerra Fria, garantindo a superioridade estadunidense e de seus aliados no mundo (SOLDERA, 2019, p. 5). A indústria armamentista, então, se propaga de forma efetiva aos países capitalistas, consolidando o poder mundial estadunidense.

No Japão, não foi diferente. Após a assinatura do Tratado de São Francisco, Washington reconhece a importância que as ilhas nipônicas poderiam ter para a contenção do comunismo no pacífico, investindo no desenvolvimento econômico e industrial de empresas japonesas, a fim de amparar as necessidades bélicas durante a Guerra da Coreia (SOLDERA, 2019, p. 12), fornecendo licenças tecnológicas a empresas japonesas e, assim, incentivando o crescimento do mercado nacional. O país asiático, a partir dessa época, ganha um novo impulso econômico que contribuiria para a adoção de uma política externa nunca vista antes, desmembrando a economia de sua diplomacia, visando o amadurecimento de seu sistema financeiro e otimizando o relacionamento entre atores capitalistas e socialistas a seu favor.

O regime de “separação” entre economia e política nasceu a partir das condições geopolíticas específicas do Japão por conta da Guerra Fria. A influência diplomática estadunidense no período pós-ocupação levou as ilhas nipônicas a estabelecer um relacionamento de dependência mútua com a assinatura do documento NSC-13/2, que visava a utilização do território japonês como uma espécie de satélite capitalista na Ásia (PARK, 1973, p. 12), o que dificultava a abertura de países como a China e União Soviética a negociações com o ator asiático.

O Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua<sup>4</sup> entre os países soviéticos, previu a adoção de uma postura defensiva contra o Japão. Sendo que o Artigo I determinava que os signatários deveriam:

Adotar todas as medidas necessárias à sua disposição com o objetivo de impedir a retomada da agressão e violação da paz por parte do Japão ou de qualquer outro Estado que possa colaborar com o Japão diretamente ou indiretamente em atos de agressão. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN, 1950)

Este posicionamento era direcionado ao histórico imperialista japonês, que dominou boa parte da região do pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo a China, que considerava o Japão como um poder ameaçador na região (PARK, 1973, p. 14) e, também, uma forma de demonstrar uma disposição agressiva com o mais importante aliado estadunidense no Pacífico.

Em contrapartida, o Primeiro-Ministro japonês, Yoshida Shigeru adota um posicionamento anticomunista internamente, se alinhando aos desejos de seus aliados americanos (HANE e PEREZ, 2013, p. 383). Seu objetivo inicial era diminuir a influência socialista dentro da política e sociedade japonesa, proibindo professores de participarem em atividades ideológicas, centralizando a força policial e criando a *National Police Reserve*, ou Reserva Policial Nacional, que tinha como objetivo manter a ordem dentro do território nipônico (HANE e PEREZ, 2013, p. 383-384).

Foi apenas com a introdução do *1955 System* que pôde haver uma normalização do relacionamento com a União Soviética e a China Comunista. Hatoyama, o sucessor de Yoshida, dissolveu a Dieta<sup>5</sup> em uma tentativa de fortalecer sua posição, porém sem sucesso (HANE e PEREZ, 2013, p. 398). É em 1955, com as novas eleições, que o Partido Democrata de Hatoyama e o Partido Liberal se unem, criando um controle unilateral que se denominou de *1955 System* (HANE e PEREZ, 2013, p. 399).

O ponto inicial para a reaproximação entre o país soviético e o Japão foi uma viagem do Primeiro-Ministro japonês a Moscou em 1956, onde foi possível concluir um acordo de normalização do relacionamento entre ambos os atores. O tratado visava retomar trocas comerciais positivas entre os signatários (HANE e PEREZ, 2013, p. 399).

Já em relação ao posicionamento chinês, o Japão seguiu o “pensamento americano” de assinar o Tratado de Paz Sino-Japonês, em 1952, com a China Nacionalista (PARK, 1973, p. 10). Foi com a Guerra da Coreia que as políticas adotadas pelos Estados Unidos mudaram de forma radical no Pacífico. De acordo com o ponto de vista estadunidense, a China Nacionalista e a Coreia do Sul eram muito mais do que partes de uma guerra civil, mas, sim, uma linha de frente do conflito entre o comunismo e o mundo ocidental (PARK, 1973, p. 13).

<sup>4</sup> Tradução livre.

<sup>5</sup> A Dieta Nacional do Japão é o poder legislativo bicameral do Japão. Ele é composto por uma câmara baixa que é chamada de Câmara dos Representantes e uma câmara superior, chamada de Câmara dos Conselheiros. Ambas as câmaras da Dieta são eleitas diretamente por um sistema de votação paralela.

Sendo assim, a China Nacionalista e o Japão se tornaram importantes atores na defesa do capitalismo, formando uma aliança potente na contenção do socialismo na Ásia. A partir disso, o líder capitalista começa a entender a importância e a necessidade de se ter aliados na Ásia que apoiassem o “mundo livre”.

O laço entre ambos os atores asiáticos era o resultado do relacionamento entre os Estados Unidos e a China Comunista, já que o reconhecimento da China Nacionalista se baseava nos três principais objetivos da política externa adotada pelo Japão desde sua independência: 1) cooperação com o bloco capitalista, 2) apoio das Nações Unidas e 3) se tornar um membro firme da comunidade asiática (HANE e PEREZ, 2013, p. 387; PARK, 1973, p. 21).

Em uma tentativa de minimizar sua hostilidade com a China Comunista e maximizar seus benefícios comerciais, o Japão adotou a diplomacia de separação entre economia e política. Para Park (1973, p. 18), a ilha nipônica, assim como a Inglaterra, estava fadada ao posicionamento “*trade or fade*”, obrigando-o a seguir a linha de que “política é política, comércio é comércio” a fim de construir relacionamentos comerciais favoráveis a si em meio a bipolaridade da Guerra Fria.

Essa separação diplomática serviu, também, como uma forma de representar o sentimento do povo japonês, que buscava estreitar relações com seu vizinho chinês, por conta de sua cultura e antecedentes raciais e históricos similares (PARK, 1973, p. 32). Para eles, a China sempre esteve próxima a si, enquanto os países ocidentais eram considerados *outsiders*. Esse sentimento de pertencimento rompia com qualquer política bipolar estabelecida na época.

Após a saída de Hatoyama do poder, em 1957, a agenda do governo nipônico mudou seu foco para a reestruturação interna da política em busca de se adequar e colaborar de forma ativa com os Estados Unidos em meio a Guerra Fria. O novo Primeiro-Ministro, Kishi Nobusuke, desempenhou um papel importante na criação da “Política Básica de Defesa Nacional”, que tinha como propósito prevenir antecipadamente agressões diretas e indiretas, protegendo a independência e paz do Japão com base na democracia (WATANABE, 2012, p. 62).

Formulou-se, então, os grandes pilares da Política de Defesa do Japão, onde sua ideia principal se sustentava no armamento para fins defensivos:

Apoiar a ONU, promovendo a cooperação internacional; 2) estabilizar o padrão de vida da população, incentivando o patriotismo e estabelecendo assim a base necessária para a segurança nacional; 3) criar uma eficiente capacidade defensiva dentro do limite necessário para autodefesa; 4) utilizar-se dos acordos EUA-Japão para tratar assuntos de agressão externa até que a ONU esteja apta a assumir a função de parar tal agressão no futuro (WATANABE, 2012, p. 62).

Watanabe (2012, p. 63), ainda, explica que “apesar de Kishi ser um político forte, não teve apoio o suficiente para aprovar todas as reformas que pretendia fazer” e, mesmo com o apoio de Washington, a oposição partidária japonesa se mantivera favorável à política externa neutra.

Kishi visitou, então, os Estados Unidos, para tentar uma reformulação de sua relação em 1957. A partir disso, entra-se na “Nova Era” da cooperação entre Estados Unidos e Japão.

### 2.1.1. “Uma nova era”: a renovação do relacionamento EUA-Japão

O encontro entre o Presidente estadunidense Eisenhower e o Primeiro-Ministro Nobusuke Kishi foi um importante ponto de virada no relacionamento entre Japão-Estados Unidos (KAMIYA, 1972, p. 717). A conferência entre ambos os líderes estabeleceu um precedente que foi seguido por seus sucessores durante a Guerra Fria, sinalizando o início de um período de mudanças na política externa e cooperação mútua que transformou de forma definitiva a disparidade interestatal de seu relacionamento.

A entrada de Kishi ao poder trouxe uma onda de reformas estatais, buscando uma revisão da Constituição de 1947. O Primeiro-Ministro propôs aumentar a autoridade do imperador enquanto restringia a força da Dieta (HANE e PÉREZ, 2013, p. 386), desenvolvendo sua política externa de acordo com as decisões americanas quanto ao comunismo, aumentando a força policial enquanto removia qualquer influência soviética das escolas e solicitando a abertura de negociações para a mudança do Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão, a fim de obter um posicionamento mais favorável às ilhas nipônicas.

Eisenhower, por sua vez, aceitou tal pedido de renegociação, entendendo que o Estado japonês obteve êxito em sua reinserção no ambiente internacional, se tornando membro da ONU e retomando relações com outros de forma positiva (WATANABE, 2012, p. 63). Sendo assim, o Tratado estabelecido em 1951 não mais refletia a imagem do *novo Japão*.

O crescente sentimento de repúdio à guerra e um aumento da insatisfação com o posicionamento americano dentro do território japonês, assim como o cargo de “subordinado” que o país asiático se encontrava no acordo de segurança pós-Segunda Guerra, também tiveram forte influência na disposição dos Estados Unidos em mudar os termos pré-estabelecidos a fim de manter uma boa imagem com a população de ambos (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 142).

A intenção inicial do Primeiro-Ministro nipônico foi propor que ambos os países trabalhassem juntos para se certificar que o propósito do tratado continuasse sendo para a proteção dos dois. Kishi sugeriu, ainda, que o Japão deveria reforçar suas capacidades de defesa próprias para que o número de tropas americanas pudesse ser reduzido com o passar dos anos (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 141). Nesta questão, o governante japonês previa a retirada completa do exército dos Estados Unidos e o retorno das bases militares ao poder administrativo interno.

As negociações para revisar o Tratado de Segurança EUA-Japão levaram algum tempo para serem concluídas, mas culminaram, finalmente, em 1960, na forma de uma convenção mais igualitária. A Cláusula 5 foi alterada de:

“Um ataque armado no Pacífico dirigido contra os territórios ou áreas sob controle administrativo de [qualquer] uma das partes” como MacArthur<sup>6</sup> havia proposto,

<sup>6</sup> Douglas MacArthur II foi um diplomata americano, sobrinho de General Douglas MacArthur, responsável por coordenar a Ocupação Americana em solo japonês durante os anos de 1946-1951.

para “um ataque armado contra qualquer uma das partes nos territórios sob a administração do Japão” (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 145).

Enquanto a Cláusula 6 foi revisada para que os Estados Unidos pudessem usar bases japonesas para o propósito de contribuir para a “manutenção da paz e segurança internacional no Extremo Oriente” (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 145), a revisão do tratado também incluiu o esclarecimento da obrigação do país norte-americano em defender o Japão. Foram estipulados um tempo de cumprimento dos termos do tratado (dez anos) e todas as outras cláusulas do antigo tratado que simbolizavam a desigualdade entre os dois países foram removidas (WATANABE, 2012, p. 63).

Além disso, foi introduzido um sistema de consulta prévia no qual Washington consultaria Tóquio com antecedência caso quaisquer mudanças significativas sobre planos de lançamentos de equipamentos, incluindo a introdução ou passagem de armas nucleares em solo japonês (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 146).

Com a assinatura do novo tratado, o peso de responsabilidade entre os atores mudou. O Japão garantiu que em qualquer caso de ataque à soberania de seu país, os Estados Unidos estariam obrigados a proteger suas fronteiras e defender seu posicionamento no Sistema Internacional. De acordo com Watanabe (2012, p. 65), Kishi foi capaz de assegurar amparo perante a ameaça comunista, e o Estado, dessa forma, estaria protegido sob o guarda-chuva nuclear norte-americano.

#### 2.1.2. A indignação pública com as reformas do tratado de segurança EUA-Japão

No momento em que as negociações sobre a revisão do tratado estavam em andamento, o apoio político de Kishi começava a se deteriorar. Antecipando a agitação que se seguiria à ratificação do Tratado de Segurança, em 1958, Kishi apresentou um projeto de lei à Dieta para a reformulação da *Act on the Performance of Police Duties*, ou Lei sobre o Desempenho dos Deveres Policiais (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 144).

No entanto, o projeto desencadeou memórias negativas da guerra e reduziu o apoio público à Kishi, já que muitos japoneses ainda viam como um líder de guerra, enquanto corroía ainda mais sua influência dentro do LDP. A população não viu com bons olhos a busca por reformas em questões de segurança, trazendo à tona o sentimento pacifista popular que se construiu após a Ocupação do Japão e o fim do Japão Imperialista em 1946 (WATANABE, 2012, p. 66).

Houveram tumultos e manifestações por conta da ratificação do novo acordo entre Washington e Tóquio, causando o cancelamento da visita do presidente Eisenhower ao Japão (WATANABE, 2012, p. 66). A oposição na Dieta e a população afirmavam que o país deveria assumir a identidade pacífica, de caráter neutro na política e confiar na ONU (HOOK, 2005 *apud* WATANABE, 2012, p. 66).

Foi apenas em junho de 1960 que o tratado pôde ser ratificado através de uma brecha no poder legislativo nipônico, já que a Constituição previa que qualquer projeto de lei que fosse aprovado pela Câmara de Representantes (Câmara Baixa) viraria lei automaticamente (WATANABE, 2012, p. 66).

Finalmente, o *US-Japan Security Treaty and the Status of Forces Agreement (SOFA)*, ou Tratado de Segurança e Acordo sobre o *Status de Força* entre Estados Unidos e Japão, foi ratificado no dia 23 de junho do mesmo ano. Segundo Sasaki e Nakanishi (2017, p. 147), Kishi se viu sem opção se não renunciar ao seu cargo em troca da homologação do documento, saindo do cargo no mesmo dia em que tal acordo havia sido sancionado pelo legislativo.

Ao passo que Washington se mostrava chocado com as manifestações no Japão, o embaixador MacArthur expressava calma com a situação. Ele não acreditava que as relações entre os dois países poderiam ser feridas por conta de um movimento interno antitratado, já que não se baseava em um sentimento antiamericano, mas sim na impopularidade do Primeiro-Ministro, Kishi (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 147).

Para o representante americano, Tóquio havia sido incapaz de explicar a função que o acordo tinha para seus cidadãos, como, também, as suas provisões e real significado para o futuro do relacionamento entre si e o líder do bloco capitalista (SASAKI e NAKANISHI, 2017, p. 147). A “confusão” sobre o que era o tratado e o fracasso de Kishi em entender a opinião pública e suas ações arbitrárias, combinada com o fato de o político ter sido parte do gabinete Tojo durante a Segunda Guerra Mundial, foi o que levou a sua queda.

#### 2.1.1. O *Golden Sixties* e a volta da Doutrina Yoshida

O começo da nova década representou um ponto de virada significativo para o Japão. O *1955 System* que levou à um momento de forte divisão política entre os principais partidos, os conservadores e socialistas, que divergiam entre si nas questões de rearmamento e revisão de questões constitucionais e internacionais (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 151), também serviu para a ampliação da democracia no pós-guerra e uma rejeição pública do nacionalismo tradicional japonês.

Com a queda de Kishi, Ikeda Hayato, que teve Yoshida como mentor, assumiu a liderança do governo em julho de 1960. Seu plano político tinha a intenção de acalmar a população, dando um foco maior ao crescimento econômico do país utilizando a Doutrina Yoshida (WATANABE, 2012, p. 66). Desse modo, o plano *Shotoku Baiso Keikaku (Income Doubling Plan)*, entra em vigor visando dobrar a receita nacional até o fim do decênio.

Além disso, o gabinete presidencial precisava urgentemente aliviar o confronto entre os partidos que assombravam a política interna, para que assim, pudesse dar um fim a disputas ideológicas baseadas em questões do Oriente e Ocidente (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 151), para que fosse possível estabelecer o objetivo comum de melhorar a vida cotidiana da população japonesa.

Esse apelo à unidade para promover o crescimento econômico foi aderido de forma calorosa pela sociedade, que se mostrava cansada de anos de disputas políticas, e, rapidamente, os japoneses conseguiram recuperar sua perspectiva positiva graças ao *boom* econômico do pós-guerra que se iniciara em 1955 (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 152).

Enquanto isso, em território norte-americano, se dá início a era denominada de *Golden Sixties*, que trouxe promessas de uma liderança dinâmica e proativa com o novo presidente, John F. Kennedy. Altamente crítico da política de retaliação de Eisenhower, o novo governante decide adotar uma estratégia de resposta flexível às ameaças comunistas; otimizando sua economia para apoiar seu plano de defesa ampliado, fazendo cortes maciços de impostos (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 152). Similarmente ao seu parceiro asiático, os Estados Unidos viram a maior taxa de crescimento econômico no período pós-guerra.

Os *Golden Sixties* estavam levando o resto do mundo para uma era de prosperidade, como ilustrado pelos resultados impressionantes da Rodada Kennedy das negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) (IOKIBE e SASAKI, 2017, 153). Duas semanas depois de tomar posse, o presidente entregou uma mensagem especial ao Congresso, na qual declarou um plano para melhorar o balanço de pagamentos, vinculando-o a uma série de questões econômicas e de defesa com os aliados (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 152), pretendendo derrubar barreiras comerciais com seus parceiros, a fim de revigorar o capitalismo.

De acordo com Iokibe e Sasaki (2017, p. 152), Washington buscou uma expansão do volume geral de comércio, proporcionando ao Japão um mercado de exportação fértil que foi um pré-requisito para o sucesso do plano de duplicação de renda do primeiro-ministro Ikeda e para o rápido crescimento econômico do Japão. Em retrospectiva, o Japão se beneficiou tão generosamente da Rodada Kennedy, que foi visto como o verdadeiro vencedor do processo (IOKIBE e SASAKI, 2017, p. 153).

## 2.2. A REALIDADE DA “NOVA ERA” JAPONESA: UM ESTADO DE PAZ EM MEIO A TENSÃO DA GUERRA FRIA

Ao se analisar o período histórico deste artigo, é possível, então, entender, de uma maneira mais simplificada, a razão que levou o Japão à adoção do posicionamento que as Relações Internacionais chamam de *peace state*, ou Estado de Paz. Tal política de segurança influenciou no desenvolvimento econômico e político do país durante a Guerra Fria e o ajudou a se tornar um membro indispensável do Sistema Internacional (SINGH, 2008, p. 303).

À luz dos desenvolvimentos contemporâneos na política de segurança japonesa, não é surpresa que existam algumas teorias que sejam capazes de fundamentar as escolhas governamentais do Estado. Nessa seção, nota-se a necessidade de utilizar de três teorias para seu

embasamento teórico: as teorias Mercantilista, Construtivista e Realista abordadas por Bhubhidar Singh.

Para o autor, existem duas formas de classificação de um “*peace state*”: a partir de sua identidade coletiva e de política nacional de segurança que, então, levaria o Estado a se comportar de forma anormal em comparação com outros atores (SINGH, 2008, p. 305). Ele, a partir disso, consegue demonstrar o porquê de tal ordenamento.

O argumento surge sobre a premissa de que a identidade coletiva é o principal determinante de como um Estado observa o ambiente em que se insere, define seus interesses e formula sua política de segurança (SINGH, 2008, p. 305). Construtivistas argumentam que as identidades influenciam diretamente os tipos de interesse que um Estado tem. Wendt (*apud* SINGH, 2008, p. 305) descreve: “As identidades são a base dos interesses”. O conjunto de identidades separadas leva a um conjunto de diferentes interesses e, consequentemente, explica toda a pluralidade do comportamento do Estado nas relações internacionais (SINGH, 2008, p.305).

Essa identidade se refere ao que um Estado é e o que deseja ser. Sendo assim, a identidade do Estado de Paz japonês dominou o período da Guerra Fria, com todos os governos reforçando isso apesar dos desafios revisionistas da década de 1960. Essa ideia coletiva adotava uma forma minimalista e de aversão ao risco, de acordo com Singh (2008, p. 305). Tal identidade desencadeou um conjunto de normas que regulamentam o comportamento do Estado com base em seus interesses. Sendo assim, a política do Japão durante a tensão bipolar poderia ser classificada por seu baixo foco militar e embasamento normativo definido pelo “*peace state*” (SINGH, 2008, p. 306).

A fim de demonstrar a identidade da “Nova Era” das ilhas nipônicas e seu comportamento de segurança, é avaliado as normas em três áreas que moldaram sua política na Guerra Fria: definição de sua segurança nacional, sua contribuição, em termos militares, em assuntos de segurança regional e internacional; e o nível de controle que o Japão teve em sua política de segurança (SINGH, 2008, p. 306).

O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início da adoção da identidade de Estado de Paz pelo Japão. A Ocupação Aliada nos anos de 1946 a 1951, causou a democratização e desarmamento do país, adotando, por influência norte-americana, a *Peace Constitution*, ou Constituição da Paz (SINGH, 2008, p. 306). Esse discurso de paz foi adotado tanto pelo Estado quanto pela sociedade japonesa, resistindo às tentativas dos Estados Unidos de reverter o processo de desmilitarização com o início da Guerra da Coreia e a intensificação da Guerra Fria nos anos 1950.

Yoshida Shigeru foi considerado um dos atores mais importantes na resistência contra o restabelecimento do exército japonês, focando as forças internas no desenvolvimento da economia, caracterizando a identidade do país como uma nação mercante e pacífica ao manter uma política de segurança minimalista (SINGH, 2008, p. 307). E mesmo com as dificuldades enfrentadas por conta da revisão do tratado de segurança, a identidade do Estado de Paz dominou o discurso de segurança nacional do Japão, se intensificando após as manifestações no início da década de 1960.

Com a liderança de Yoshida e seus seguidores, a adoção do “*peace state*” tornou possível a unificação de três grandes grupos do ambiente político interno e definiu o papel do Estado em assuntos de segurança internacional – com base na Doutrina Yoshida (SINGH, 2008, p. 307). O consenso sobre tal doutrina fortaleceu-se na “Nova Era”, por conta da má gestão de revisionistas com a Crise de Revisão do Tratado de Segurança e o sucesso do Plano de Duplicação de Renda organizado por Ikeda Hayato.

Posteriormente, a maioria dos primeiros-ministros japoneses utilizaram dessa estratégia para fundamentar sua política de segurança, ajudando no fortalecimento dos princípios de um papel de segurança de *low profile* para o Japão (SINGH, 2008, p. 307). Sendo considerada uma abordagem única à segurança nacional, os princípios de Yoshida levaram a consolidação de valores e estruturas legais dentro do governo e da sociedade nipônica que coletivamente definiram e apoiaram a identidade de segurança do Estado de Paz do Japão (SINGH, 2008, p. 307).

A natureza Realista do Primeiro-Ministro levou à argumentos que Yoshida não usou do “*peace state*” ou a política de segurança em termos de identidade, pois sua teoria focava no interesse nacional e não na identidade nacional (SINGH apud BOYD e SAMUELS, 2008, p. 308). Isso é irrefutável, já que Yoshida e seus seguidores aproveitaram da identidade do Estado de Paz para desviar da pressão norte-americana sobre segurança durante a Guerra Fria e unificar o ambiente político doméstico (SINGH, 2008, p. 308).

Essa identidade foi institucionalizada no discurso nacional japonês e suas normas relacionadas governaram a política de segurança do Japão e definiram seu papel nos assuntos de segurança regionais e internacionais (SINGH, 2008, p. 308). Nos anos dourados do capitalismo, a formulação de políticas de segurança japonesa tendia a separar assuntos de segurança nacional com aquelas do ambiente regional e internacional (SINGH, 2008, p. 309). Embora o conceito de interdependência estivesse enraizado na política econômica, esse não era o caso da política de segurança do Japão; sendo assim, o país se limitou a defender suas fronteiras nacionais, mantendo sua ordem interna e seus interesses econômicos.

A diplomacia, quando questionada sobre o papel de “protetor” do território asiático, era focada na separação da economia da política, evitando um papel militar e responsabilidades políticas e de proteção atribuídas a um membro da comunidade internacional (SINGH, 2008, p. 309). Ao designar seu objetivo nacional como recuperação econômica, o Japão evitou que suas responsabilidades militares se estendessem além da manutenção de sua ordem interna e de autodefesa (SINGH, 2008, p. 310).

As restrições à segurança que foram impostas ao Japão pelo Artigo 9 antimilitarista e outras estruturas legais, e as resoluções da Dieta levaram à formulação de uma política de segurança *low profile* caracterizada criticamente como ‘pacifismo de um país’ que colocou restrições ao uso dos militares como um instrumento legítimo da política de Estado (HOOK, 1996, p. 73).

Logo, o Japão tendia a diminuir a ênfase nas questões de segurança externa devido ao domínio dos objetivos econômicos na política nacional e ao forte apoio da sociedade à norma do neutralismo internacional. Por conta disso, os Estados Unidos exercearam pressão constante sobre seu aliado asiático em uma tentativa de diminuir sua dependência militar, assumindo um papel maior em sua aliança, para que o arquipélago pudesse se tornar um regulador da força capitalista na região do pacífico.

O Japão, por conta disso, se ajustou à pressão norte-americana seguindo uma diplomacia de *karaokê*<sup>7</sup> (SINGH *apud* INOCHI e JAIN, 2000, p. 315), onde haveria pouco espaço para escolher respostas independentes aos acontecimentos do ambiente internacional. Embora haja um tipo de margem para decidir *quem, quando, onde, o que ou como* se envolverá mundialmente, a política geral do gabinete japonês deveria respeitar as normas dos Estados Unidos (SINGH, 2008, p. 316).

Então, ao analisar tais fatos estabelecidos por Singh, é possível entender de uma forma mais dinâmica a escolha do posicionamento do Japão durante o período da Guerra Fria. Para Watanabe (2012, p. 112) “A escolha de não se construir uma potência militar se deu diante das reações que surgiram na região, afetando sua economia, que dependia do comércio internacional”. À vista disso, pode-se entender a adoção da Doutrina Yoshida pelos líderes do país durante décadas, focando em sua consolidação como potência econômica em meio às tensões da bipolaridade mundial.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Tratado de Segurança EUA-Japão marcou a reinserção do Japão no Sistema Internacional após cinco anos sob domínio aliado, garantindo a proteção do arquipélago em meio a intensificação da Guerra Fria e estabelecendo-o como um forte protetor do capitalismo e da democracia no pacífico. Tal ação possibilitou a expansão mercantil com a Guerra da Coréia, a partir da Doutrina Yoshida que visava o crescimento econômico do país acima de qualquer política internacional de segurança. A Constituição de 1947, ou Constituição da Paz, proporcionou uma vantagem em seu relacionamento com os Estados Unidos: uma forma de justificar o abandono do militarismo japonês e de características imperiais em meio a pressão para que se tornasse um satélite capitalista na região.

Com tal política de separação entre Estado e economia, a construção de um relacionamento com agentes comunistas foi facilitada, mostrando-se um ator estável que buscava pela sua expansão econômica e industrial a fim de suprir as necessidades de países em crescimento, como foi o caso da China e Coreia. O Japão ainda buscou manter neutralidade com quem negociava, criando assim, a imagem de um Estado pacífico em meio ao caos internacional.

---

<sup>7</sup> A diplomacia de *karaokê* pode ser definida como: uma lista pré-definida de como o Japão poderia se portar no ambiente internacional, onde suas opções estivessem sido fornecidas pelos Estados Unidos para se adaptar às suas necessidades.

Em meio a isso, o relacionamento entre Estados Unidos e o arquipélago se intensifica com encontro entre Eisenhower e Kishi, em uma tentativa de renovar o acordo de segurança, a fim de ajustar requisitos que não puderam ser negociados no antigo tratado de 1951, tornando tal parceria mais benéfica para ambas as partes. A assinatura do novo documento marcou o início da “Nova Era” japonesa, que trouxe grande desenvolvimento ao país, consequentemente, tornando-o a segunda maior potência ao final da década de 1960 a partir de seus esforços diplomáticos ao se inserirem em um sistema bipolar.

A partir dos subtítulos delimitados na pesquisa, pode-se, então, definir os principais episódios internacionais que colaboraram na criação de conexões entre o Japão e atores externos que pudessem colaborar no desenvolvimento econômico e diplomático do país. Para que isso fosse possível, uma “separação” entre a economia e a política externa fez-se necessária para a abertura de mercados que o Estado japonês não teria facilidade de adentrar sem tal mudança.

As décadas de 1950 e 1960 foram de extrema importância para o sucesso desse comportamento singular adotado pelo Japão. Com a intensificação da Guerra Fria e a separação Norte-Sul, o país caracterizou-se de forma multilateral esforçando-se para garantir seus ganhos absolutos e, assim, organizar-se como uma economia em crescimento. O uso do Estado de Paz, ou *peace state*, serviu de forma excelente nesse período, já que garantiu ao arquipélago japonês um poder de barganha tanto com seu aliado capitalista, os Estados Unidos, como também com estados comunistas.

A identidade pacifista regulamentou e impulsionou o espaço em que o Japão buscava se inserir dentro do Sistema Internacional, facilitando trocas diplomáticas e econômicas extra hemisféricas e protegendo-o do avanço da bipolaridade que dominava o mundo nesse período.

\*Artigo recebido em 20 de junho de 2022,  
aprovado em 10 de outubro de 2022.

## REFERÊNCIAS

GIL, A.C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HANE, M.; PEREZ, L.G. **Modern Japan: A Historical Survey**. 5 ed. Philadelphia: Westview Press, 2013.

HOOK, G.D. **Militarisation and Demilitarisation in Contemporary Japan**. Londres: Routledge, 1996.

IOKIBE, M.; MINOHARA, T. (ed.). **The History of US-Japan Relations: From Perry to the Present**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2017. Disponível em:

<https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-10-3184-7>.

KAMIYA, F. **Japanese-U.S. Relations and the Security Treaty: A Japanese Perspective.** Asian Survey, California, v. 12, n. 9, p. 717-725, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642824?origin=JSTOR-pdf>.

Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance between the Union of Soviet Socialist Republics and the People's Republic of China, 1950.** Disponível em: <http://www.commonprogram.science/documents/Treaty.pdf>.

PARK, C.C. **Why did japan adopt the policy of "separating economics from politics?"**: A Look at Post Second World War Sino-Japanese Relations from a Korean Standpoint. 1973. Disponível em: [https://graduation.sites.olt.ubc.ca/files/2012/11/congreg\\_1973\\_spring.pdf](https://graduation.sites.olt.ubc.ca/files/2012/11/congreg_1973_spring.pdf)

SINGH, B. Japan's security policy: from a peace state to an international state. **The Pacific Review**, Inglaterra, v. 21, ed. 3, p. 303-325, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/248990742\\_Japan's\\_security\\_policy\\_From\\_a\\_peace\\_state\\_to\\_an\\_international\\_state](https://www.researchgate.net/publication/248990742_Japan's_security_policy_From_a_peace_state_to_an_international_state)

SOLDERA, R.A. **O imperialismo e a era de ouro do capitalismo.** 7a Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica, Campinas, 2019. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro\\_2018/SOLDERA.%20O%20IMPERIALISM%20E%20A%20ERA%20DE%20OURO%20DO%20CAPITALISMO.pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/SOLDERA.%20O%20IMPERIALISM%20E%20A%20ERA%20DE%20OURO%20DO%20CAPITALISMO.pdf).

WATANABE, P.D. **Segurança e política externa do Japão no pós-segunda guerra mundial.** 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Cap. 3 e 4. Disponível em: [http://www.repository.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279414/1/Watanabe\\_PauloDaniel\\_M.pdf](http://www.repository.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279414/1/Watanabe_PauloDaniel_M.pdf).